

Reforma partidária

Uma completa reformulação do quadro político, começando do zero por meio de uma emenda constitucional que extinga os atuais partidos. É com propostas como essa que o ex-senador Josaphat Marinho pretende retornar ao Senado nas eleições deste ano. Ele tem amplas condições para isso: franco favorito na disputa em seu estado, a Bahia, é respeitado até pelos adversários, embora concorra na mesma chapa do polêmico Antonio Carlos Magalhães, seu próprio adversário por décadas.

"Os partidos brasileiros perderam sua identidade", constata Josaphat Marinho. Nem mesmo os dois partidos comunistas teriam conservado as suas, após a tempestade ideológica que se desencadeou na Europa Oriental. Por isso mesmo o ex-senador acredita que apenas um dos atuais partidos políticos do País, o PT, viria a reconstituir-se após a dissolução. Todos os demais desapareceriam ou, caso seus nomes viessem a ser novamente utilizados, batizariam agremiações muito diferentes das atuais.

Para a recomposição do quadro partidário várias cautelas se imporiam. Não se trata apenas de fixar uma representação mínima para os partidos que pretendessem subsistir. Marinho preocupa-se mais com as exigências para criação e registro de novos partidos, pretendendo torná-las bem mais severas. "É absurdo que baste reunir cem eleitores para se ter um partido político", diz ele. Nesse contexto, poderia voltar também o instituto da fidelidade partidária, para bloquear o troca-troca que hoje desca-



racteriza ainda mais as legendas.

No percurso político de Josaphat Marinho registram-se episódios que ilustram as fraquezas dos partidos brasileiros. Um exemplo ocorreu em 1970, quando ele, senador pela Bahia, resolveu examinar no plenário os abusos ocorridos durante os dez meses do recesso parlamentar determinado pelo Ato Institucional nº 5, que aliás permanecia em vigor. Recebeu apelos desesperados de seu partido, o velho MDB, para que não fizesse o pronunciamento. Resistiu, foi à tribuna e de lá dirigiu críticas severas ao autoritarismo militar.

Já ao final do discurso, recebeu um aparte do esperto vice-líder do Governo, Eurico Rezende. Depois de lamentar o que considerava injustiça nas críticas, Eurico sapecou: "São tão inmerecidas que nem mesmo os representantes do partido de Vossa Excelência estão solidários com elas". Esperava-se uma resposta dos emedebistas presentes, mas houve apenas silêncio. Silêncio completo. Josaphat só teve uma saída, replicar que não falava como senador do MDB, mas como senador da Bahia.

SEM INTERVENÇÃO

A decretação do Estado de Defesa constou do elenco de providências levadas ao presidente Fernando Collor como alternativas para a crise do Rio de Janeiro. No entanto, o próprio Ministério da Justiça desaconselhava a adoção de uma medida como essa. O ministro Bernardo Cabral nega, de modo categórico, ter encaminhado ao presidente qualquer minuta de decreto determinando o Estado de Defesa — e, com muito mais razões, a intervenção no Rio. Descartadas essas fórmulas, restaria a possibilidade de uma ação mais direta, como a Polícia Federal chegou a esboçar. Mesmo isso, como se viu, mexeu com forças políticas de peso.